

ATA DA 8.ª REUNIÃO DO CONSELHO DAS ESCOLAS

15 de dezembro de 2014

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, nos termos do n.º 2 do art.º 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto, pelas onze horas reuniu, em sessão extraordinária, o Plenário do Conselho das Escolas, no Centro de Caparide em S. Domingos de Rana, sob a presidência de José Eduardo Lemos, a fim de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos, constante na convocatória de sete de dezembro: _____

Ponto um - Tomada de posse de novo membro do Conselho _____

Ponto dois - Discussão e aprovação da ata da reunião anterior _____

Ponto três - Avaliação do desempenho docente e Observação de Aulas dos Diretores: apreciação e votação de proposta de recomendação da Comissão Permanente _____

Ponto quatro - Debate nacional sobre municipalização da educação _____

Ponto cinco - Assuntos diversos _____

Estiveram presentes os conselheiros Alexandre José Rodrigues Canadas, António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro, António Ventura dos Santos Pinto, Carlos Jorge Pires Percheiro, David Carlos da Rocha Sousa, Fátima do Céu Carola Moreira, Fernando Filipe de Almeida, Fernando Paulo Mateus Elias, Filinto Virgílio Ramos Lima, João Alberto Chaves Caiado Rodrigues, José Alfredo Rodrigues Mendes, José António Sousa, José Eduardo Lemos de Sousa, José Octávio Soares Mesquita, Lucinda Maria Mendes Ferreira, Luís Henrique Cardoso Fernandes, Margarida Ana Valente Fonseca, Maria Celeste Sousa, Maria Isabel Tavares Pereira de Almeida Le Gué, Paulo Jorge de Sousa Ferreira e Rosalina de Jesus Rodrigues Pinheiro, num total de vinte e um. Estiveram ausentes os conselheiros Anabela Grácio, Joaquim Tomaz, Renato Madeira Alves, Maria Júlia Gradeço e Telmo Eduardo Soares. _____

Verificado o quórum, o Presidente deu início aos trabalhos pelas onze horas e dezanove minutos. _____

Ponto um - Tomada de posse de novo membro do Conselho. _____

O Presidente deu conhecimento ao Plenário de que recebeu, no passado dia dezassete de outubro de dois mil e catorze, comunicação escrita do Conselheiro Manuel Figueira Castilho Esperança, na qual o mesmo declarava renunciar ao mandato, por motivos pessoais. Em consequência, nos termos e para os efeitos do artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto, o Presidente do Conselho das Escolas chamou para tomar posse neste órgão, David Carlos da Rocha Sousa, Diretor do Agrupamento de Escolas Frei Gonçalo Azevedo, São Domingos de Rana, Cascais, que figurava em segundo lugar na lista A do Quadro de Zona Pedagógica Sete e que, assim, tomou posse na presente reunião. _____

Ponto dois - Discussão e aprovação da ata da reunião anterior. _____

A ata da reunião extraordinária de 7 de Outubro de 2014, previamente enviada pelo Presidente a todos os membros do conselho, foi colocada à discussão, tendo sido feitas pequenas retificações, por consenso. Seguidamente, colocada à votação, foi aprovada por maioria e com as abstenções dos conselheiros Alfredo Mendes e David Sousa, que não estiveram presentes na reunião a que a ata respeita. _____

Ponto três - Avaliação do desempenho docente (ADD) e Observação de Aulas dos Diretores: apreciação e votação de proposta de recomendação da Comissão Permanente. _____

O Presidente começou por dar a palavra ao conselheiro Fernando Elias, membro da Comissão Permanente a quem fora confiada a redação do documento, que começou por realçar as principais linhas de abordagem do tema, nomeadamente, i) - a identificação, através da metodologia usada, dos constrangimentos do atual quadro legal, e ii) - as recomendações de melhoria, dentro do mesmo contexto. No desenvolvimento desta ideia, esclareceu o Plenário acerca da adesão, muito significativa por parte dos diretores, ao inquérito criado para recolha das principais preocupações sentidas “no terreno” e sintetizou, ainda, os quatro pressupostos de partida: a legislação em matéria de avaliação de desempenho docente contém ambiguidades; perante tais ambiguidades, assiste-se a falta de esclarecimento superior; é previsível a amplificação destes problemas logo que cesse o “congelamento” da contagem de tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira; é necessário que a “avaliação” dos diretores que se encontram nos segundo e quarto escalões seja revista e alterada, de forma a que fiquem isentos da observação de aulas. _____

O Presidente usou da palavra subscrevendo a síntese feita pelo conselheiro Fernando Elias e explicou que, no processo de reflexão sobre o tema e redação das ideias, foi tomando forma a ideia de que, não sendo a observação de aulas dos diretores um elemento da respetiva avaliação - como acontece com a generalidade dos docentes - havia que enquadrar este assunto de forma a não o confundir com o objeto principal em apreciação pela Comissão Permanente. Dada a profundidade da temática da ADD e os problemas com que se confrontam hoje as Escolas e a Educação, a Comissão Permanente optou por uma proposta de Recomendação estruturada em dois capítulos - ADD e Observação de aulas do Diretor, em alternativa a uma proposta de Parecer. _ Acrescentou ainda o Presidente que, durante a discussão sobre a ADD, a Comissão se deparou com uma “bifurcação” nos caminhos que se abriam à sua frente: ou se defendia que a ADD deveria manter-se tal como está - “congelada” por força do “congelamento” das progressões - ou se defendia que deveria ocorrer nos ciclos previstos para duração dos escalões, independentemente da carreira. _____

Aberta a discussão ao Plenário registaram-se as seguintes intervenções: _____

O conselheiro António Castel-Branco começou por louvar, uma vez mais, a qualidade do documento e subscreveu o facto de se denunciar a questão absurda e ridícula da observação de aulas por parte dos diretores. _____

A conselheira Margarida Fonseca falou de uma tomada de posição das escolas do concelho de Almada (antiga AP doze) que denuncia aquilo que, para muitos, é uma certa promiscuidade contida no processo de avaliação do desempenho dos diretores pelos respetivos Conselhos Gerais. No concelho de Almada esta é uma questão recorrente e muito sensível, pelo que receia o impacto desta Recomendação junto



dos diretores que, globalmente, até à data têm revelado muito apreço pelos documentos aprovados pelo Conselho das Escolas no atual mandato. _____

O conselheiro António Ventura manifestou a sua concordância com a estrutura adotada para este documento. Lembrou que, na presente conjuntura, este modelo de avaliação do desempenho docente sofre do mesmo mal do anterior a 2007, ou seja, na verdade torna-se difícil apontar os males do modelo, uma vez que quase nada se passa. Assim, o modelo é inútil uma vez que não tem quaisquer consequências. _____

O conselheiro Filinto Lima felicitou os colegas envolvidos na redação da proposta. Afirmou que o trabalho desenvolvido no seio da Comissão Permanente tem sido excelente. Porém, a este propósito, advertiu para a importância de a mesma não se fechar às bases, fazendo mesmo a analogia entre a atitude da Comissão Permanente e o próprio MEC que, ouvindo, não segue necessariamente as recomendações (neste caso, do Plenário). Defendeu a tese de que o trabalho do Conselho das Escolas deve ser enriquecido com os contributos de todos. O Presidente afirmou ter tomado boa nota desta opinião, sublinhando que esta proposta de Recomendação foi entregue aos conselheiros aquando da convocatória da reunião. _____

Ao conselheiro Carlos Percheiro pareceu que, sem prejuízo de o Conselho das Escolas se vir a debruçar novamente sobre este assunto, para já, uma vez que o modelo de ADD não pôde ser devidamente testado, tal como anteriormente afirmara o conselheiro António Ventura, a proposta de recomendação é adequada. Acrescentou que também se revê nas posições críticas no que respeita à avaliação dos diretores por parte dos Conselhos Gerais, e foi mais longe, ao lembrar que em Portugal nunca se considerou seriamente criar uma carreira própria de diretores de escola. _____

Na sua primeira intervenção após a tomada de posse, o conselheiro David Sousa começou por se congratular pela sua presença neste órgão, neste reencontro com o Conselho das Escolas, num novo contexto e num novo espaço, mais favorável a um trabalho mais eficaz e dinâmico. Salientou a importância de se criarem convergências, o que nos tornará mais fortes. Emitiu a opinião de que a proposta de recomendação está focada nas prioridades atuais, não impedindo futuras abordagens.

A conselheira Celeste Sousa lembrou que o problema das aulas observadas (dos diretores) radica no próprio ECD. Afirmou que este é um bom trabalho, na linha dos anteriores aos quais nos fomos habituando. Concordando que o modelo é inútil no momento atual, propôs que se fosse mais longe no texto a aprovar e que se recomendasse a adoção de um novo modelo de avaliação do desempenho. _____

A conselheira Isabel Le Gué considerou importante que o Conselho das Escolas, nesta matéria, seja particularmente cauteloso e não redutor. _____

A conselheira Margarida Fonseca manifestou receio que o facto de esta recomendação surgir agora possa dar origem a interpretações erradas como por exemplo, os colegas no terreno assumirem que o Conselho das Escolas defende o atual modelo de avaliação. _____

O conselheiro António Castel-Branco considerou que se está a procurar intervir sobre um diploma com o qual muitos de nós não concordamos. Sublinhou a necessidade de haver cautela na abordagem, mas salientou que é correto o que se está a propor: a separação da avaliação do desempenho da progressão na carreira. _____



O conselheiro José António Sousa reforçou alguns dos receios, veiculados por algumas das intervenções anteriores, de que esta temática, pouco pertinente para alguns diretores, possa suscitar várias interpretações ou leituras menos corretas. _____

O Presidente do Conselho das Escolas lembrou que estamos perante um modelo de avaliação que, na prática, não existe: imaginando que, durante vinte anos, se mantém o congelamento das progressões, o processo de avaliação de desempenho ficaria, também ele, parado. Não quereria isto dizer que o Conselho das Escolas se sente confortável com o facto de, na realidade, não haver avaliação de desempenho? Lembrou, ainda, que qualquer tomada de posição tem custos e contém riscos. Até à data, temos assumido esse risco, com um balanço positivo. O facto de se ter optado por uma Recomendação, em vez de um Parecer, também denota a sensibilidade para o tema e para os constrangimentos que suscita. _____

O conselheiro António Ventura, apesar de compreender os receios evocados pelo conselheiro José António Sousa, alertou para os perigos de se ficar comodamente calado, por forma a obviar a más interpretações. Defendeu que permitir que a questão da avaliação permaneça agregada à da progressão também não será um bom sinal que se transmitirá. _____

O conselheiro Fernando Elias referiu que, apesar de a presente proposta se situar propositadamente num patamar de análise micro (operacional), ao invés de uma abordagem macro (de visão política), talvez se pudesse repensar a formulação do ponto 1 das Recomendações, por forma a garantir que, à semelhança dos textos aprovados até à data, a Recomendação seja capaz de granjear a aceitação por parte dos diretores. _____

O Presidente esclareceu que não se está a pretender colocar em causa a medida política do Governo, segundo a qual os ciclos de ADD devem corresponder ao tempo de permanência em cada escalão da carreira, mas tão-somente a apontar para os efeitos perversos subsequentes ao *congelamento*. _____

A conselheira Lucinda Ferreira advertiu para que qualquer alteração pontual à redação da proposta não venha a subverter o conceito ciclo avaliativo / duração do escalão. _____

Face a estas observações, depois de uma rápida conferência com os membros da Comissão Permanente, o Presidente leu em voz alta e pôs à consideração do Plenário uma alteração à redação da primeira recomendação, de forma a ficar claro que o Conselho não está a defender o atual modelo de ADD, mas apenas a recomendar alterações que o melhorem. _____

O conselheiro António Ventura considerou que esta pequena alteração enquadra o modelo existente, não o defendendo, mas apontando uma melhoria pontual. _____

O conselheiro Alexandre Canadas discordou desta abordagem, uma vez que acredita que o Conselho das Escolas deveria ir mais longe e propor que este modelo fosse substituído, no que foi secundado pelas conselheiras Celeste Sousa e Fátima Moreira. Esta última lamentou, de resto, o facto de após largos meses de mandato do atual Conselho das Escolas, durante os quais se produziram muitos documentos de qualidade, não tenha havido resposta por parte do MEC. _____

O Presidente contrapôs estar certo de que muitas são as formas de resposta, direta ou indireta, ao alcance do Governo, e lembrou duas das decisões impregnadas de posições defendidas por este Conselho: os cálculos da MISI passaram a ser-nos



revelados de forma transparente e as Escolas passaram a dispor de maior flexibilidade na distribuição e gestão do crédito horário para 2014/15. _____

O conselheiro José Mesquita afirmou estar de acordo com os fundamentos da proposta, mas lembrou ser este um órgão consultivo do governo, pelo que não podemos ficar indiferentes quando não somos ouvidos. _____

O Presidente retorquiu que quando escolhemos a liberdade de falar e tomar posição sobre questões educativas, quando e como entendemos, sem necessariamente esperar que nos consultem, temos necessariamente que aceitar que quem “tem ouvidos” faça uso desse sentido como e quando bem entenda. É o preço a pagar por esta linha de atuação. _____

Esgotada a discussão sobre o documento em análise, foi apresentada uma proposta de alteração, por parte dos conselheiros Alexandre Canadas, Celeste Sousa e Margarida Fonseca, de parte da introdução e de substituição do texto da primeira parte da Recomendação, nos termos que se seguem: _____

“...Recomenda que o atual modelo de ADD seja repensado, mas a manter-se: _____

1. Periodicidade e requisito temporal _____

A avaliação não esteja associada à progressão na carreira”. _____

Colocada à votação, a alteração foi rejeitada por doze votos contra e oito votos a favor dos conselheiros Alexandre Canadas, Celeste Sousa, Margarida Fonseca, António Castel-Branco, Carlos Percheiro, Fátima Pinto, Fernando Elias e João Caiado. O conselheiro Filinto Lima não se encontrava na sala no momento da votação. _____

Posta à votação final, a proposta de recomendação foi aprovada com dezoito votos a favor e os votos contra dos conselheiros Alexandre Canadas e José Mesquita. O conselheiro Filinto Lima não se encontrava na sala no momento da votação. Alexandre Canadas e José Mesquita apresentaram as seguintes declarações de voto, respetivamente: _____

Declaração de Voto: *“Esta recomendação agora aprovada é pertinente, coerente, está muito bem elaborada e na generalidade merece a minha concordância. No entanto discordo com o facto de não se referir que este modelo de avaliação docente deve ser revisto e repensado, pois a avaliação docente não pode estar apenas associada à progressão na carreira, como acontece actualmente. O texto agora aprovado dá ainda a entender que se concorda com o actual modelo de ADD e não é esta a minha posição. Neste sentido e em conjunto com outros colegas conselheiros, colocou-se à mesa uma pequena proposta de alteração, que não foi aprovada. Por esta razão decidi votar contra a recomendação”.* Alexandre Canadas.

Declaração de voto: *“Embora considere que as recomendações assentam em pressuposto válidos e pertinentes, entendo que a avaliação dos diretores dos centros de formação deveria ter merecido, por parte deste Conselho, um tratamento idêntico na análise dos seus constrangimentos e por conseguinte, deveriam ter sido incluídas, nesta recomendação, propostas de melhoria.* _____

Parece-me que o texto produzido na recomendação perde-se em considerações acusatórias no meu ponto de vista desnecessárias não trazendo, por isso, qualquer valor acrescentado ao texto. _____

Tal como o disse no passado, considero que o Conselho das Escolas, sendo um órgão consultivo do Ministério da Educação e, sempre que se trate de atos ou documentos



públicos, apenas deve fazer as suas apreciações assentes em aspetos positivos e concretos evitando, de todo, acusações supérfluas e desnecessárias. _____

Estas, a existirem e quando necessárias, deverão produzir-se em foro privado, quer em audiência do seu Presidente ou da Comissão Permanente com os vários superiores hierárquicos". José Octávio Soares Mesquita. _____

Os trabalhos foram interrompidos, para pausa de almoço, pelas 13h04. _____

Pelas 14h30 o Presidente deu de novo início aos trabalhos, dando cumprimento ao ponto quatro - Debate nacional sobre municipalização da educação. _____

O Presidente informou os Conselheiros da iniciativa, a ter lugar no dia 19 de Janeiro de 2015, com início pelas 14 horas, e que conta com o apoio da Câmara Municipal de Santarém, que disponibilizou o espaço (Convento de S. Francisco), e da Microsoft que disponibilizará pastas e esferográficas para os participantes. Deu igualmente conhecimento dos oradores convidados já confirmados: António Nóvoa (Universidade de Lisboa), Licínio Lima (Universidade do Minho) e Humberto Marques, Presidente da Câmara Municipal de Óbidos. Explicou as razões que presidiram à escolha do tema: a questão da municipalização estava a ficar na agenda política e mediática, muito embora fosse patente um tratamento quase de exclusividade, muito no segredo dos gabinetes, sem a devida transparência para todos os envolvidos e deixando de fora, muitas vezes, os dirigentes escolares. _____

A oportunidade e a relevância da iniciativa foram realçadas por vários conselheiros. _

Foram indicados alguns nomes de entidades e individualidades a convidar. _____

O Presidente do CE convidou os conselheiros presentes, cujos municípios estão envolvidos no processo de municipalização da educação a darem o seu testemunho, de acordo com a experiência decorrida até à data. Foram ouvidos os conselheiros José Alfredo Mendes, David Sousa e José Mesquita, que reportaram o ponto da situação e as suas opiniões ou sensibilidades pessoais relativamente aos concelhos de Famalicão, Cascais e Maia, respetivamente. _____

O conselheiro José Alfredo Mendes falou das várias versões que os documentos da autarquia e, mais recentemente, da própria DGEstE, foram sofrendo e confessou que, até à data, o processo lhe tem suscitado dúvidas e perplexidades. _____

O conselheiro David Sousa fez a contextualização do projeto iniciado há dois anos, liderado pela Câmara Municipal de Cascais em parceria com a Universidade Católica do Porto. Na sua génese, tal como então imaginado pelo Professor Joaquim Azevedo, a Escola estava no cerne do processo, o que agora parece posto de lado. O processo parece padecer de falta de coerência global e nacional. Poder-se-á mesmo pensar que existe uma intenção velada que culmine na deterioração da Escola Pública. Questionado pelo Presidente, que quis saber de que forma pode a Escola Pública sair beliscada neste processo, o conselheiro David Sousa afirmou recear que as escolas passem a ser comandadas por quem, de Educação, percebe muito pouco e lembrou que, bem ou mal, tal não acontece nas estruturas nacionais do MEC. Terminou a sua intervenção, frisando que, nesta data, imperam as dúvidas e o ceticismo e alertou para o perigo da perda de autonomia pedagógica por parte das escolas. _____

O conselheiro José Mesquita salientou o compromisso dado pelo Senhor Diretor-Geral dos Estabelecimentos Escolares, segundo o qual nenhum protocolo será assinado sem a concordância das escolas envolvidas, representadas pelos respetivos Diretores e Conselhos Gerais. Apesar das dúvidas, confessou, ainda assim, ter mais expectativas



positivas relativamente ao apoio da Câmara Municipal do que àquele da centralizada e centralizadora Administração Educativa. Lembrou a importância de serem repensados os Conselhos Municipais de Educação. _____

O conselheiro Fernando Elias lembrou que o processo de territorialização da educação passa necessariamente por ouvir a voz de quem está nas escolas, e é nessa medida que a lógica da municipalização da educação pode ser defendida. É exactamente por esta razão que o debate organizado pelo Conselho das Escolas sobre esta questão central do sistema educativo português é tão bem vindo. _____

O conselheiro Filinto Lima lamentou que não houvesse um Diretor entre os oradores. O conselheiro Carlos Percheiro considera inadmissível que nunca o Conselho das Escolas tenha sido chamado a pronunciar-se sobre esta matéria tão importante e alertou para os perigos da municipalização da educação no contexto atual, em que o tecido social e económico se encontra tão fragilizado. Como esperar-se que as autarquias, a braços com sérias dificuldades financeiras, venham a ter condições para investir na Educação? _____

O conselheiro António Castel-Branco congratulou-se pela iniciativa e sugeriu que o evento fosse amplamente divulgado através da comunicação social. _____

A conselheira Lucinda Ferreira alertou para a fundamental importância da salvaguarda dos interesses das escolas e das populações que servem e, ainda, para os perigos da instrumentalização político-partidária. _____

O conselheiro António Ventura considerou que é precisamente a opacidade de que todo este processo está revestido que é assustadora e suscita muitas dúvidas, desde logo, sobre as razões que terão levado à escolha dos próprios municípios onde o processo está em fase de arranque. _____

O Presidente afirmou que, por tudo o que foi dito, é fundamental nesta data “trazer as escolas a jogo”, forçando e promovendo a transparência do processo. _____

Frisou que, uma vez mais, neste processo e nos projetos que já se conhecem, o princípio de subsidiariedade e do gradualismo não estão a ser seguidos pois, percebe-se, que a opção é a de transferir um conjunto vasto de competências para as autarquias, inclusive algumas que estavam na esfera de competências das Escolas. As escolas estão arredadas dos protótipos de contrato que se conhecem. Tendo em conta que esta é uma questão que vai provocar mudanças de fundo na Educação, aconselhou os diretores mais diretamente atingidos pelo processo em curso a envolver as suas comunidades educativas e os respetivos Conselhos Gerais. Concluiu que, a acreditar nas matrizes disponíveis, se assistirá, sem dúvida, a uma forte diminuição da autonomia das escolas. _____

Ponto cinco - Assuntos diversos. _____

O Presidente deu conta ao Plenário da correspondência recebida e expedida, bem como das suas intervenções / participações em vários eventos enquanto Presidente do Conselho das Escolas. _____

Falou ainda dos Cursos vocacionais e da comunicação com o chefe de gabinete do Sr. SEEBS, no sentido de serem esclarecidas algumas dúvidas relativas ao financiamento destes cursos que estão a preocupar vários diretores. O chefe de gabinete comprometeu-se em enviar uma resposta a essa comunicação, o que ainda se aguarda. _____



Foi referenciado o facto de a SINASE se disponibilizar para qualquer ação de formação que o CE entenda necessária no âmbito das suas competências. _____

O conselheiro José Mesquita pediu para ler uma declaração pessoal, ao que o Presidente anuiu, e que aqui se transcreve: _____

«Declaração: Considerando e respeitando a legitimidade que assiste ao Sr. Presidente do Conselho das Escolas na elaboração da agenda a que devem obedecer os trabalhos deste conselho, parece-me evidente a falta de uma estratégia assente por um lado, na capacidade de antecipação na apresentação de propostas apresentadas à tutela em tempo útil, passíveis de atenuarem alguns dos constrangimentos que têm assolado as escolas e por outro, numa gestão virada para satisfação dos “media” em detrimento dos interesses deste Conselho. _____

Parece-me pois, Sr. Presidente, que a sua atuação depende mais de uma agenda própria do que dos interesses das escolas e dos seus diretores logo, deste Conselho.

Vejam os: _____

Nada fez para, em tempo útil, alertar a tutela sobre o que se perspectivava para o arranque do ano letivo 2014/2015; _____

Nada disse até ao momento sobre o documento “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências”, vulgo “Municipalização da educação”; _____

Nada fez para promover um debate interno neste Conselho sobre o tema enquanto decorriam reuniões preparatórias entre a tutela e as autarquias sendo ainda interlocutores, os diretores de escola ou presidentes de CAP onde, me parece, poderíamos e deveríamos já ter apresentado propostas concretas sobre este tema tão importante; _____

Desenvolveu um ataque cerrado à tutela pela “quantidade de contratos de autonomia sem que se tivesse feito uma avaliação dos contratos iniciais” sem que este assunto tivesse qualquer abordagem neste Conselho, admitindo que este facto foi o motivo preponderante para o mau arranque do ano letivo anterior, como publicamente o referiu; _____

Todos sabemos que o novo ano escolar já está a ser preparado e não se fez, até ao momento, qualquer tentativa de propor alterações que perspetivem uma melhor preparação do próximo ano letivo; _____

É importante que o Conselho procure temas que clarifiquem alguns normativos e até apresente propostas que apontem para soluções que permitam uma gestão escolar mais eficaz e eficiente. Também é importante que a unanimidade encontrada na aprovação dessas propostas seja sinónimo de concordância com o tema e com os textos apresentados. Contudo, considero não ser este o princípio estruturante que justifique a escolha dos temas a abordar, pois este órgão só desempenhará bem o seu papel se for um órgão que trabalhe em parceria com a tutela, no desempenho de todas as suas competências e for útil e relevante a sua participação na estrutura do Ministério da Educação. _____

Caparide, 15 de dezembro de 2014, José Octávio Soares Mesquita» _____

Interveio o Presidente para afirmar que esta lamentável declaração vem comprovar que o Conselheiro Mesquita ainda não conseguiu digerir a derrota que teve na eleição para Presidente do Conselho das Escolas. Desde que este Conselho está em pleno funcionamento, e já lá vão mais de nove meses, nunca se ouviu nem leu do Conselheiro Mesquita qualquer intervenção ou proposta para melhorar os documentos



produzidos e aprovados por este Conselho. As suas intervenções nas reuniões resumem-se a críticas à forma como o Presidente do Conselho das Escolas preside a este órgão. Críticas sem qualquer correspondência com a realidade, como se vê pela declaração que acabou de ler. _____

A secretária da reunião pediu a palavra, na qualidade de conselheira e não de Vice-presidente, para lamentar a incoerência das palavras do Conselheiro José Mesquita, as quais encerram uma infundada e injusta crítica à atuação de um Presidente do Conselho das Escolas que, em menos de um ano, conseguiu gerar tantos consensos e uma quantidade tão significativa de documentos aprovados por unanimidade ou por ampla maioria, factos que atestam da sua competência e do reconhecimento como tendo na sua agenda apenas a Educação, e que contrariam a arbitrariedade dos fundamentos constantes no depoimento do conselheiro José Mesquita. _____

Ninguém mais querendo usar da palavra, o Presidente colocou à votação a minuta da ata da reunião, a qual foi aprovada por unanimidade. _____

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão pelas 17h10 horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Maria Isabel Tavares Pereira de Almeida Le Gué, que a secretariei, e por José Eduardo Lemos, que presidiu. _____

Maria Isabel Le Gué

José Eduardo Lemos

